

UR RT

PERCURSOS RETÓRICOS: *entre antigos e contemporâneos*

*Helcira Maria Rodrigues de Lima
Maria Cecília de Miranda N. Coelho
(Organizadoras)*



Copyright © 2023 – Das organizadoras representantes dos autores

Coordenação Editorial: Pontes Editores

Revisão: Denize Gonzaga

Normatização: Igor B. Cardoso

Editoração: Vinnie Graciano

Capa: Camila Carvalho

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os capítulos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação e revisados por pares.

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève – Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 – Jd. Chapadão

Campinas – SP – 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

Impresso no Brasil – 2023

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Helcira Maria Rodrigues de Lima Maria Cecília de Miranda N. Coelho	
PREFÁCIO	15
Adma Muhana	
CAPÍTULO 01	
Staged Rhetoric and Politics in Tragedy: Case Studies in Aeschylus and Sophocles	39
Frederick Ahl	
CAPÍTULO 02	
Arguing from Probabilities: Δόξα and Εἰκός in Ancient Philosophy and Rhetoric	75
Manfred Kraus	
CAPÍTULO 03	
Retórica e ilegalidade: alguns exemplos de <i>graphe paranomon</i> em Demóstenes	107
Priscilla Gontijo Leite	
CAPÍTULO 04	
Menéxeno, Arquino, Aspasia. Las partes dialógicas del <i>Ménexeno</i> platónico	131
Stefania Giombini	
CAPÍTULO 05	
Rhetoric in the Service of Roman Comedy. Some Remarks on Jokes and Puns	155
Ewa Skwara	

CAPÍTULO 06	
O sentido clássico do cinema e o sentido cinematográfico da Antiguidade	177
Martin M. Winkler	
Tradução de Júlia Batista Castilho de Avellar	
CAPÍTULO 07	
Górgias, Godard e a eloquência dos corpos	215
Maria Cecília de Miranda N. Coelho	
CAPÍTULO 08	
The dualistic rhetoric of St. Augustine: polemics and conversions	253
Hanne Roer	
CAPÍTULO 09	
O <i>Elogio da Loucura</i> como encômio paradoxal	281
Elaine C. Sartorelli	
CAPÍTULO 10	
Vieira e a Retórica	295
João Adolfo Hansen	
CAPÍTULO 11	
A máquina retórica	339
Rodrigo Bastos	
CAPÍTULO 12	
Os jesuítas e os estudos retóricos: à luz do passado, mover para o futuro	359
Cinthia Gannett	
John Brereton	
Tradução de Igor B. Cardoso	
CAPÍTULO 13	
Nietzsche e a exigência de uma filosofia retoricamente consciente	411
Rogério Lopes	
CAPÍTULO 14	
O Argumento da Liberdade: Sondagens em um Manifesto Abolicionista no Século XIX	437
Eduardo Guimarães	

CAPÍTULO 15 Linguística e Retórica	449
Jose Luiz Fiorin	
CAPÍTULO 16 Guetos e Bolhas: Narcisismo e retórica algorítmica	461
Narbal de Marsillac	
CAPÍTULO 17 Emotions in speech and interaction: <i>A practical approach</i>	483
Christian Plantin	
CAPÍTULO 18 Retórica, Argumentação e Análise do Discurso	527
Wander Emediato	
CAPÍTULO 19 Sobre el poder del discurso y la retórica constitutiva	551
María Alejandra Vitale	
CAPÍTULO 20 A propósito da noção de <i>polêmica</i>	567
Helcira Maria Rodrigues de Lima	
CAPÍTULO 21 <i>La invención de los sofistas</i>: Uma visão contemporânea sobre proposições milenares - (Homenagem a Gerardo Vidal)	587
Maria Flávia Figueiredo	
SOBRE OS AUTORES	605

CAPÍTULO 13

Nietzsche e a exigência de uma filosofia retoricamente consciente

Rogério Lopes

1. Considerações introdutórias

Que Nietzsche seja um pensador retoricamente consciente é algo que salta aos olhos ou, para ser mais exato, que toca aos ouvidos. Como prosador, ele descortinou novas possibilidades para a língua alemã, tendo sido reconhecido como um de seus mestres incontestes.¹ Em sua prosa filosófica, Nietzsche demonstra uma consciência e um domínio invulgares da língua. Ele mobiliza recursos retóricos de natureza heterogênea, que (1) incidem sobre a materialidade sonora e rítmica da língua (dimensão expressiva associada à prova ética); (2) orientam a adoção de um conjunto de estratégias argumentativas que variam conforme as necessidades filosóficas do momento (dimensão argumentativa ou dialética); (3) dizem respeito a escolhas relativas à forma de apresentação dos argumentos, ou à sua inserção no interior de di-

1 Cf. a coletânea editada por VALK, Thorsten (Hg.) *Friedrich Nietzsche und die Literatur der klassischen Moderne*. Berlin; New York: De Gruyter, 2009.

ferentes gêneros literários; finalmente, (4) retomam aspectos relativos à invenção (dimensão heurística do paradigma indiciário, com a valorização da inferência abduktiva).

Na rápida apresentação que se segue, pretendo mostrar, através de uma caracterização sumária da prática discursiva de Nietzsche, como essas diversas dimensões (expressiva, inventiva, argumentativa e expositiva) se integram em seu projeto filosófico, tornando-se uma parte constitutiva do mesmo. Essa leitura se contrapõe a uma tradição que nega relevância filosófica à dimensão retórica da obra de Nietzsche. Há formas implícitas e explícitas pelas quais um intérprete pode chegar a esse resultado. Dentre as formas implícitas de contornar o desafio retórico posto pela filosofia de Nietzsche, a mais célebre é a de Heidegger. Ela se funda em sua decisão filologicamente controversa, no limite indefensável, de conferir primazia aos póstumos em detrimento dos livros publicados pelo filósofo, que deveriam, segundo ele, ser tomados como fachada.² Não deixa de ser surpreendente que justamente Paul de Man, um dos primeiros leitores de Nietzsche a destacar a importância da retórica para a compreensão de seu projeto filosófico, acabe por adotar uma atitude semelhante à de Heidegger em relação aos livros publicados. Ao circunscrever a reflexão séria de Nietzsche sobre a retórica a uma epistemologia dos tropos (exercida majoritariamente nos fragmentos póstumos), Paul de Man termina por reduzir a obra publicada a um espaço no qual o filósofo se entrega a todo tipo de excesso retórico, tendo como resultado um conjunto de textos cuja característica principal é a indecidibilidade (a ironia, no sentido romântico). Tenho algo mais a dizer sobre isso logo adiante. Por ora cabe notar que a leitura de Paul de Man, por mais que esteja atenta ao tratamento que Nietzsche confere ao tema da retórica, termina por impor um veto à obra publicada sob a alegação de que nela o filósofo deixa de lado a circunscrição característica daquele que teoriza sobre a retórica (o sóbrio epistemólogo dos tropos que desmistifi-

2 HEIDEGGER, Martin. *Nietzsche*. Pfullingen: Neske, 1961, p. 17. 2 v.

ca a linguagem postulatória da metafísica ocidental) e assume a persona do orador popular, que mobiliza todos os recursos da oratória para manipular seu auditório.³

Antes de nos voltarmos para a análise desses elementos, é preciso, no entanto, mencionar o fato de o jovem Nietzsche ter se ocupado diretamente da retórica. Como professor de Filologia Clássica, isso não chega a ser uma surpresa. É importante salientar, contudo, que neste mesmo contexto ele se deteve na consideração de certas hipóteses que extrapolam o interesse puramente filológico pela matéria e apontam para seu uso extemporâneo. Por uso extemporâneo deve-se entender aqui uma consideração do passado que produz um efeito de estranhamento em relação a certas práticas consolidadas no presente, sejam elas morais ou cognitivas.

2. O tratamento histórico da retórica e as especulações acerca de seu significado prático e alcance teórico

O interesse de Nietzsche pela retórica antiga é evidenciado pelas diversas preleções oferecidas pelo jovem filólogo na Universidade da Basileia, entre 1872 e 1878 (a datação exata das preleções é matéria de controvérsia entre os estudiosos).⁴ Este material foi publicado na parte da edição crítica da de Gruyter destinada aos cursos oferecidos por Nietzsche no período em que era titular da cadeira de Filologia

3 “Nietzsche’s philosophical contempt for oratory finds impressive confirmation in the rigor of his epistemology, yet, as any reader of *The Birth of Tragedy*, *The Genealogy of Morals*, or of that irrepressible orator Zarathustra knows, there hardly is a trick of the oratorical trade which he is not willing to exploit to the full. In a sense, Nietzsche has earned a right to this inconsistency by the considerable labor of deconstruction that makes up the bulk of his more analytical writings.” (DE MAN, Paul. *Allegories of Reading: Figural Language in Rousseau, Nietzsche, Rilke, and Proust*. London: Yale University Press, 1979, p. 131).

4 BORNMAN, F. Zur Chronologie und zum Text der Aufzeichnungen von Nietzsches Rhetorikvorlesungen. *Nietzsche-Studien*, Berlin, Deutschland, v. 26, n. 1, p. 491-500, 1997; para uma contestação crítica das opções editoriais e da datação feitas pela dupla responsável pela edição (Bornmann & Carpitella), conferir o artigo de BEHLER, Ernst. Nietzsches Studium der griechischen Rhetorik nach der KGW. *Nietzsche-Studien*, Berlin, Deutschland, v. 27, n. 1, p. 1-12, 1998.

Clássica.⁵ Boa parte do material tem valor meramente documental. Nietzsche se apoiou massivamente na literatura disponível na época, de tal modo que não seria um exagero descrever o texto como um mosaico de citações e excertos.⁶ Essa observação vale mesmo para um pequeno conjunto de teses sobre o caráter retórico da linguagem⁷ que provocou alguma comoção teórica na década de 1970 na recepção francesa do filósofo.⁸ Seus cursos se destinavam a apresentar não apenas a teorização dos antigos sobre a retórica e uma apresentação sistemática desta (como é o caso da preleção intitulada “Darstellung der antiken Rhetorik”, que pode ter sido ofertada no semestre de verão de 1874), como também uma história da eloquência grega (preleção intitulada “Geschichte der griechischen Beredsamkeit”) e cursos monográficos sobre a retórica de Aristóteles (conforme a preleção intitulada “Einleitung zur Rhetorik des Aristoteles”, que parece ter sido ofertada ao longo de diversos semestres entre 1874-1878). As preleções sobre a retórica de Aristóteles incluíam o projeto, executado apenas parcial-

5 NIETZSCHE. Vorlesungsaufzeichnungen (WS 1871/72-WS 1874/1875), KGW, Abteilung II, Bd. 4, Berlin; New York: De Gruyter: 1995. A fixação e edição do texto são de responsabilidade de Bornmann & Carpitella.

6 Nietzsche recorreu aos seguintes estudos sobre a retórica e a oratória antigas: Anton Westermann, *Geschichte der Beredsamkeit in Griechenland und Rom*. Leipzig: 1833-1835; Leonhard Spengel, *Über das Studium der Rhetorik bei den Alten*, München: 1842; Leonhard Spengel, *Über die Rhetorik des Aristoteles*, München: 1851; Richard Volkmann, *Hermagoras oder Elemente der Rhetorik*. Stettin: 1865; Richard Volkmann. *Die Rhetorik der Griechen und Römer in systematischer Übersicht*, Berlin: 1872; Rudolf Hirzel, *Über das Rhetorische und seine Bedeutung bei Plato*. Leipzig: 1871; Friedrich Blass, *Die griechische Beredsamkeit in dem Zeitraum von Alexander bis Augustus*. Berlin: 1865; Friedrich Blass ders, *Die attische Beredsamkeit*. 2 Bde, Leipzig: 1868 bzw. 1874. (Cf. MOST, Glenn; FRIES, Thomas. Die Quellen von Nietzsches Rhetorik-Vorlesung. In: BORSCHKE, Tilman; GERRATANA, Federico; VENTURELLI, Aldo. (Hg.). “Centauren-Geburten”. *Wissenschaft, Kunst und Philosophie beim jungen Nietzsche*. Berlin; New York: De Gruyter, 1994, p. 17-46).

7 Este núcleo propriamente especulativo (a tese do caráter essencialmente tropológico da linguagem) remete às teses de Gustav Gerber, apresentadas em sua obra *Die Sprache als Kunst*, de 1871. Para um mapeamento dos empréstimos de Nietzsche, cf. MEIJERS, Anthonie; STINGELIN, Martin. Konkordanz zu den wörtlichen Abschriften und Übernahmen von Beispielen und Zitaten aus Gustav Gerber: Die Sprache als Kunst (Bromberg 1871) in Nietzsches Rhetorik-Vorlesung und in “Ueber Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne”. *Nietzsche-Studien*, Berlin, Deutschland, v. 17, n. 1, p. 350-368, 1988, assim como MEIJERS, Anthonie. Gustav Gerber und Friedrich Nietzsche: Zum historischen Hintergrund der sprachphilosophischen Auffassungen des frühen Nietzsche. *Nietzsche-Studien*, Berlin, Deutschland, v. 17, p. 369-390, 1988.

8 Este verdadeiro estardalhaço teve início com a publicação de um número especial da Revista Poétique, destinada ao tema: “Friedrich Nietzsche: Rhétorique et langage”. *Poétique*, 5, 1971.

mente, de tradução da obra. Nietzsche chegou a traduzir todo o primeiro livro da *Retórica*, possivelmente com o intuito de usar o material nas preleções.

Como meu objetivo aqui não é discutir a tematização da retórica por Nietzsche, menciono de forma sumária alguns pontos que merecem destaque nessas notas de aula. Esses pontos remetem a preocupações filosóficas do jovem Nietzsche. O primeiro deles diz respeito ao seu diagnóstico da modernidade, no qual uma certa inconsciência no uso da linguagem aparece como um dos sintomas típicos. Esse diagnóstico envolve a tese de uma hipertrofia de nossos impulsos cognitivos ou de nosso interesse pela verdade. Esse diagnóstico fornece o pano de fundo para a sua descrição das condições culturais que tornaram possível a excepcional consciência retórica dos antigos, em contraste com a dos modernos. Essas observações emolduram o curso de Nietzsche sobre a retórica. Apresentado como uma das diferenças específicas entre antigos e modernos, a retórica se desenvolve em um povo no qual o sentimento pelo verdadeiro em si ainda não se desenvolveu, que se move entre imagens míticas e que prefere ser persuadido a ser ensinado. Além disso, é uma arte essencialmente republicana, que demanda um gosto pela competição agonística, um mundo que valoriza o espaço público e as esferas da visibilidade e da aparência. Um terceiro elemento, essencial na compreensão da retórica como “uma arte que se dirige antes de tudo ao ouvido”, diz respeito ao convívio na cultura antiga entre os registros da oralidade e da escrita. Nesse contexto, a escrita busca emular constantemente o discurso oral e se coloca como tarefa conservar todas as sutilezas e nuances da oralidade. À revelia da interpretação de Paul de Man, que atribui a Nietzsche uma compreensão da retórica que a reduz aos tropos, o que encontramos efetivamente nos textos é oposto disso, ou seja, uma insistência na tese de que uma dimensão essencial da retórica, que é propriamente irreduzível a um tratamento formal nos moldes aristotélicos, diz respeito à manipulação da materialidade da linguagem. Ela opera em um nível

pré-convencional e incide sobre cada átomo da frase. Trata-se da dimensão perlocucionária da linguagem.⁹

O segundo ponto que merece destaque, em função do impacto que teve na recepção de Nietzsche a partir da década de 70 do século passado, diz respeito ao suposto compromisso do filósofo com a tese do caráter essencialmente retórico da linguagem. Embora não seja possível reconstruir esse debate sequer de forma sumária no presente artigo, é preciso observar que parte considerável da carga explosiva associada a esta tese, inspirada por Gustav Gerber, é anulada se a interpretarmos como eu suponho que o contexto autoriza, ou seja, como uma tese de dupla natureza: (1) uma tese diacrônica acerca da formação lexical da linguagem, mediante expansões que seguem uma lógica de enunciados semanticamente desviantes, ou tropos, e (2) como uma tese acerca da função original da linguagem, e não acerca de sua essência. Nesse sentido, Nietzsche defende que a linguagem é originalmente retórica na medida em que surgiu para possibilitar um acordo entre as mentes, assim como para permitir a coordenação das ações e a cooperação social. Nada é dito que autorize a conclusão, muito mais robusta, de que essa função original da linguagem a torna imprópria para um uso referencial ou descritivo, ao contrário do que defendem intérpretes como Paul de Man.¹⁰

O terceiro ponto a ser destacado diz respeito à tentativa de elaborar uma teoria da percepção e um modelo da mente a partir de uma analogia com o tipo de inferência que realizamos quando produzimos e interpretamos enunciados semanticamente desviantes, ou seja, tropos ou figuras de linguagem. Essa teoria é meramente sugerida nas preleções sobre a retórica antiga, tendo recebido um tratamento um pouco mais detalhado no texto póstumo e inacabado do mesmo

9 Cf. NIETZSCHE. *Darstellung der antiken Rhetorik*. p. 415; p. 425-427. In: KGW, Abteilung II, Bd. 4, Berlin; New York: De Gruyter, 1995.

10 Para uma defesa pormenorizada desta perspectiva deflacionada do alcance da tese nietzschiana, tomo a liberdade de remeter a um trabalho de minha própria autoria. Ver LOPES, Rogério. *Elementos de Retórica em Nietzsche*. São Paulo: Loyola, 2006. [cap. I, seção 2: As lições de Nietzsche sobre a retórica, p. 36s].

período, intitulado *Verdade e Mentira no Sentido Extramoral*. A intenção de Nietzsche nesse opúsculo era estabelecer as condições a partir das quais algo como um genuíno impulso à verdade poderia ter surgido entre os homens. A perspectiva assumida por Nietzsche pode ser caracterizada como protogenealógica, na medida em que interessa a ele explorar e combinar certas suposições plausíveis sobre nossa condição primitiva que tornam a emergência de uma determinada estrutura conceitual e normativa (no caso, o conceito de verdade) senão necessária, pelo menos altamente previsível. É neste contexto que ele esboça os rudimentos de uma teoria da percepção segundo a qual o modo como processamos impulsos sensíveis e os transformamos em dados qualitativamente diferenciados da experiência sensível – anexando-os posteriormente a convenções linguísticas, com o intuito de tornar esse material mais ou menos homogêneo e permitir a superação do caráter privado da experiência – exige uma série de movimentos que poderiam ser descritos a partir de uma analogia com os tropos. Embora seja um desdobramento e uma radicalização das teses de Gustav Gerber acerca do caráter tropológico da linguagem, Nietzsche as mobiliza de forma instrumental, como uma etapa na sua narrativa genealógica acerca da emergência do conceito de verdade. De todo modo, enquanto uma teoria da percepção, ela permanece em sua forma embrionária e deve ser interpretada como uma tentativa de oferecer uma alternativa à teoria das inferências inconscientes, antecipada por Schopenhauer e defendida por alguns de seus contemporâneos, entre eles o influente Hermann von Helmholtz.¹¹

3. As quatro dimensões da retórica nietzschiana

A importância que Nietzsche confere aos aspectos retóricos em sua escrita filosófica é um resultado direto de seu engajamento na promoção de valores perfeccionistas (instanciados em formas de vida admiráveis) e de um conjunto de compromissos descritivos

¹¹ Para os detalhes dessa interpretação, cf. LOPES, *Op. cit.* [cap. II].

que ele assume no campo do que tradicionalmente chamamos em filosofia de psicologia moral (a relação entre afetos, valores e crenças, por exemplo, na constituição de nossa identidade prática e o peso relativo de cada um desses elementos na determinação de nossa capacidade agencial).¹² Não seria um exagero dizer que todas as intervenções de Nietzsche são orientadas pela questão de em que medida certas visões, valores, instituições, afetos e atitudes ampliam nossos poderes agenciais em um sentido perfeccionista.

Os diversos aspectos discursivos da filosofia nietzschiana que permitem uma descrição nos termos da tradição retórica são agrupados em quatro grandes rubricas. Essa classificação e posterior detalhamento de cada um dos itens abrigados nas respectivas rubricas não pretendem ser exaustivos (na verdade, estou ciente de que alguns aspectos importantes foram deixados de lado na análise):

(1) **dimensão expressiva** (retoma a noção aristotélica de prova ética no contexto de uma teoria romântica do indivíduo e da linguagem), corresponde à dimensão não argumentativa ou pré-dialética da prova retórica.

(2) **dimensão heurística** (que procuro associar à tese de Carlo Ginsburg de um paradigma indiciário na segunda metade do século XIX): anedotas, aproximações etimológicas, valorização de elementos residuais e não deliberados como chave para a reconstrução de identidades históricas, de individualidades e de grandes tendências da cultura.

(3) **dimensão argumentativa**: concentro-me nas estratégias de invalidação e proponho uma oposição entre o monopólio do *elenchus* sócrático como a forma canônica de crítica interna na tradição filosófi-

12 Tanto Conant quanto Leiter associam a importância que Nietzsche confere à retórica à defesa de uma tese perfeccionista em ética, embora entendam esse compromisso em termos muito distintos. A conexão entre retórica e literatura perfeccionista é particularmente evidente no modo como Nietzsche descreve seu encontro com Schopenhauer e os efeitos da leitura de sua obra sobre sua educação “moral”. Ver NIETZSCHE. *Schopenhauer als Erzieher*, KSA I, p. 346-350. (CONANT, James. Nietzsche’s Perfectionism. In: SCHACHT, Richard (ed.). *Nietzsche’s Postmoralism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 181-257; LEITER, Brian. *Nietzsche on Morality*. London: Routledge, 2002)

ca e a alternativa adotada por Nietzsche, que caracterizo em termos de polêmica.

(4) **forma de apresentação dos argumentos** (aqui procuro me concentrar na forma de exposição mais frequente em Nietzsche, que é descrita como um gênero híbrido, a meio caminho entre ensaio e aforismo).

(1) Dimensão expressiva

Ela se refere à capacidade do filósofo organizar materialmente a sua linguagem (em um nível pré-convencional e, portanto, também pré-argumentativo e pré-dialético), de modo a comunicar não apenas um conjunto ou sequência de estados internos (*pathos*), mas juntamente com isso um *ethos*, no sentido da confiabilidade daquele que fala (no caso do filósofo, o essencial é a comunicação de uma integridade dada pelo modo como se estrutura sua hierarquia pulsional): a sequência de estados internos comunicada pela organização dos signos linguísticos no interior das frases e dos períodos é percebida como adequada à pessoa do enunciador. A dimensão da prova ética está relacionada em Nietzsche à valorização do estilo compreendido em termos exclusivamente expressivos: o que se obtém pela mobilização dos recursos materiais, musicais e rítmicos da linguagem. Esta operação deve incidir sobre cada átomo da frase, como diz Nietzsche, e compreender o período como um todo fisiológico:

Quantos alemães sabem, e de si mesmos exigem saber, que existe *arte* em cada boa frase – arte que deve ser percebida, se a frase quer ser entendida! Uma má compreensão do seu tempo, por exemplo: e a própria frase é mal-entendida! Não ter dúvidas quanto às sílabas ritmicamente decisivas, sentir como intencional e como atraente a quebra de uma simetria muito rigorosa, prestar ouvidos sutis e pacientes a todo *staccato*, todo *rubato*, atinar com o sentido da sequência de vogais e ditongos, e o

modo rico e delicado como se podem colorir e variar de cor em sucessão: quem, entre os alemães que lêem livros, estaria disposto a reconhecer tais deveres e exigências, e a escutar tamanha arte e intenção na linguagem? [...].¹³

É nesse nível subpessoal ou inconsciente do uso da linguagem que se desenvolve para Nietzsche um tipo de **comunicação** que permite a descoberta de uma afinidade espiritual entre dois indivíduos (uma entrega amorosa que é ao mesmo tempo engajamento na tarefa da cultura, sem a qual a literatura perfeccionista estaria fadada ao fracasso) e que escapa às falsificações e aos mal-entendidos que necessariamente caracterizam as trocas linguísticas governadas pelas regras convencionais de sentido e de uso no âmbito do embate propriamente dialético ou argumentativo. A valorização desta dimensão expressiva da linguagem está vinculada por sua vez à tese nietzschiana segundo a qual é nela que se dá a comunicação da verdadeira personalidade do filósofo, aquilo que segundo ele “é o eternamente irrefutável” em oposição ao caráter falsificável de todo conjunto doutrinário. Sua famosa tese, expressa em *Para Além de Bem e Mal*, aforismo 6, de que toda grande filosofia é a “confissão involuntária e inadvertida de seu autor”, é apenas um desdobramento desta convicção enunciada já nos textos de juventude.

Neste nível de abordagem, o que importa é o valor puramente sintomatológico da linguagem; não o que a linguagem nos diz sobre o mundo, mas o que ela nos permite inferir sobre aquele que a usa, pois trata-se de um nível pré-argumentativo, através do qual se estabelece um vínculo antes empático que doutrinário entre dois indivíduos. A manipulação das potencialidades, matérias da linguagem, não tem como objetivo comunicar ideias (ou organizar essas ideias numa estratégia específica de exposição ou gênero literário – diálogo, ensaio, tratado, suma, meditação, coletânea de aforismos e máximas, glosa,

13 *Para Além de Bem e Mal*, §246; 1993, p. 155; KSA 5, p. 189.

etc.), mas expressar um ou vários estados corporais, por assim dizer.¹⁴ É assim que Nietzsche se exprime usualmente sobre a importância do estilo, e não em termos de escolhas de gêneros literários ou formas de exposição. O estilo trata inicialmente das leis de ordenamento do período, do alinhamento rítmico das frases e das palavras no interior das frases.¹⁵ É, pois, uma operação em nível microscópico, mas à qual ele confere uma importância exorbitante.

(2) Dimensão heurística

A atenção a elementos residuais nos diversos testemunhos sobre o passado responde por boa parte dos procedimentos inventivos de Nietzsche no âmbito de sua heterodoxa prática historiográfica, atuando no contexto de descoberta e na proposição de hipóteses explicativas que auxiliam na descrição dos processos de formação, fixação, transmissão e transformação das diversas estruturas normativas de nossa autocompreensão. Algumas hipóteses são mais especulativas que outras, mas todas respondem a uma mesma necessidade de decifrar o passado e de compor tipos que conferem vivacidade e dramaticidade às narrativas nietzschianas, contornando o caráter potencialmente inadmissível do devir histórico em sua dispersão empírica. O uso recorrente de anedotas, aproximações etimológicas e outros elementos residuais encontrados nos documentos do passado e cuja produção e transmissão resultaram de processos não intencionais (ou que escaparam ao controle consciente dos agentes envolvidos) como

14 Nesse sentido, o estilo é compreendido como um evento fisiológico: ele revela algo sobre o corpo que fala ou que se comunica na linguagem escrita. Ele permite adivinhar a identidade pulsional desse corpo. É nesses termos que Nietzsche descreve as impressões causadas nele pelo encontro literário com Schopenhauer: “O que descrevo não é nada mais que a primeira impressão, por assim dizer, fisiológica, que Schopenhauer suscitou em mim, aquela mágica efusão da energia mais íntima que se comunica de uma criatura a outra e que se segue ao primeiro e mais leve contato; e quando mais tarde examino essa impressão, descubro que ela se compõe de três elementos: da impressão de sua honestidade, de sua jovialidade e de sua constância.” (*Schopenhauer als Erzieher*; KSA 1, p. 349-350)

15 Ver NIETZSCHE. *Ecce Homo*. Tradução de Paulo Cesar de Sousa. São Paulo: Max Limonad, 1986 [Seção 3, §4]; KSA 6, p. 304.

chave para a reconstrução de identidades históricas, de individualidades e de grandes tendências da cultura permite filiar Nietzsche ao que o historiador italiano Carlo Ginzburg¹⁶ descreveu como paradigma indiciário: todas as hipóteses construídas com base nesse paradigma dependem de um raciocínio abduutivo que vai da parte para o todo ou que se sustenta numa inferência a partir da melhor explicação.

O caso mais emblemático consiste na reabilitação da anedota. Nietzsche se serve dela primeiramente (1) como um elemento que nos fornece uma chave para a compreensão de certas tendências no passado. Isso ocorre na medida em que a anedota transmite de forma cristalizada e condensada o modo como o imaginário popular capturou certas tendências da época, permitindo ao historiador perceber certas conexões entre eventos do passado que permanecem ocultos nos testemunhos mais convencionais. A hipótese acerca da morte do gênero trágico pela influência do socratismo no *Nascimento da Tragédia* ilustra esse uso cognitivo da anedota; em segundo lugar, (2) a anedota serve também como um auxiliar na reconstrução da identidade típica de certas personalidades históricas (como ocorre no estudo sobre os filósofos pré-socráticos). O texto programático para esta reabilitação da anedota encontra-se no prefácio a este escrito póstumo:

Esta tentativa de narrar a história dos antigos filósofos gregos distingue-se de tentativas semelhantes pela sua brevidade. Isto se deve ao fato de apenas um número bastante reduzido de seus ensinamentos ser mencionado, mas também à sua incompletude. Contudo, as doutrinas foram selecionadas conforme nelas ecoem mais fortemente a personalidade de um filósofo, enquanto que uma enumeração exaustiva de todas as proposições possíveis transmitidas pela tradição, como é usual nos manuais escolares, conduz sempre ao completo emudecimento

16 Cf. GINZBURG, Carlo. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas. A. *O signo de três*. Tradução de Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991.

da personalidade. Eis o que faz com que estes relatos sejam tão aborrecidos: pois em sistemas que já foram refutados, a única coisa que pode nos interessar ainda é a personalidade, pois ela é o eternamente irrefutável. É possível compor a imagem de um homem a partir de três anedotas; o que eu procuro aqui é acentuar três anedotas em cada sistema e abandonar o restante.¹⁷

Obviamente que o valor da anedota é apenas heurístico: ela não tem nenhum valor de prova, mas está na origem de uma inferência de tipo abduutivo. A hipótese dela derivada irá se sustentar em função dos demais fenômenos que ela permite explicar. O mesmo vale para o uso de aproximações etimológicas, que em Nietzsche é relativamente sóbrio (exemplos muitos instrutivos desse tipo de uso encontram-se no ponto de partida das hipóteses que articulam a narrativa alternativa oferecida por Nietzsche sobre a fixação e transformação do vocabulário valorativo e deontico na *Genealogia da Moral*, primeira e segunda Dissertações)¹⁸. Ou ainda para o uso que o filósofo faz de documentos históricos cuja fidedignidade temos boas razões para colocar sob suspeita: os relatos da vida de Jesus feitos pelos evangelistas permitem resgatar o tipo psicológico do redentor à revelia de suas inconsistências, lacunas e absurdidades (como ocorre n’*O Anticristo*). O tipo de verdade histórica que tais documentos transmitem independe da intenção daqueles que produziram, conservaram e transmitiram tais documentos: o conjunto de gestos involuntários e tudo aquilo que escapou ao controle consciente de seus autores permitem acessar uma verdade que de outro modo estaria perdida para o presente (a partir de um conjunto de resíduos que permitem decifrar a identidade típica dessa personagem de que trata os evangelhos):

17 *A Filosofia na Época Trágica dos Gregos*. KSA, v. 1, p. 803.

18 Conferir o texto programático em *Genealogia da Moral*, I, seção 4, KSA, v. 5, p. 261: “A indicação [Fingerzeig] do caminho certo me foi dada pela seguinte questão: que significam exatamente, do ponto de vista etimológico, as designações para “bom” cunhadas pelas diversas línguas? Descobri então que todas elas remetem à mesma transformação conceitual [...]”.

O que me interessa é o tipo psicológico do redentor. Ele poderia estar contido nos Evangelhos, à revelia dos Evangelhos e por mais mutilado e sobrecarregado com traços estranhos que ele esteja: do mesmo modo que o tipo de Francisco de Assis está conservado nas suas lendas, apesar de suas lendas. Não a verdade sobre o que ele fez, aquilo que disse, como ele realmente morreu, mas a questão: o seu tipo é ainda de todo representável (vorstellbar), ele foi “transmitido” (überliefert)?...¹⁹

(3) Dimensão argumentativa

Fornecer uma descrição exaustiva do conjunto de estratégias argumentativas mobilizadas por um filósofo seria uma tarefa (e não apenas no caso de Nietzsche). Por estratégias argumentativas entendo todo esforço feito no interior de uma linguagem natural para organizar de forma mais ou menos sistemática o conjunto de procedimentos que visam a produzir um acordo entre as mentes (e que se destinam, portanto, a produzir o convencimento). Esse acordo se dá, portanto, no interior de um sistema governado por regras convencionais de sentido e de uso, o que envolve, por sua vez, a mobilização das dimensões sintática, semântica e pragmática de uma linguagem natural). O conceito de argumentação está sendo usado aqui em um sentido semi-técnico para se opor à ideia de demonstração como um ideal de prova (inspirado no modelo matemático) que compele à adesão de toda criatura racional, independentemente das contingências que possam afetar sua situação de fala. Essa compreensão alargada da noção de prova cumpriu um papel essencial na retomada da retórica no século XX,

19 *O Anticristo*. §28, KSA, v. 6, p. 199.

como é de amplo conhecimento dos estudiosos.²⁰ No estudo mais detalhado que fiz sobre esse aspecto da retórica em Nietzsche (a dimensão propriamente argumentativa de seu discurso filosófico), procurei me concentrar em um aspecto particular de seus diversos procedimentos argumentativos, mais especificamente, no que poderíamos chamar sua estratégia dominante de invalidação.²¹ Essa estratégia está longe de esgotar os recursos argumentativos mobilizados por Nietzsche. Ao conferir destaque a esse aspecto, que considero central em sua prática argumentativa, fui movido por dois propósitos distintos mas complementares: (1) mostrar que a atenção a essa estratégia e às razões filosóficas que justificam sua adoção permite conferir sentido ao modo como o filósofo se contrapõe à tradição filosófica, e que, sem referência a essa estratégia, suas polêmicas permanecem arbitrárias ou decididamente abusivas; (2) mostrar que essa estratégia se articula (a) com uma concepção bastante defensável do caráter anacrônico de certos problemas filosóficos e (b) com o modo como o genealogista procura se livrar da herança atávica que o mantém aprisionado no interior de determinadas perspectivas.

Essa estratégia de invalidação pode ser chamada de polêmica, em oposição ao modo de invalidação que monopolizou o exercício da crítica no Ocidente, o modelo socrático do *elenchus*, ou da refutação, que consiste em uma crítica interna à perspectiva do oponente no embate argumentativo. Vejamos como se dá essa oposição e como Nietzsche a justifica filosoficamente. Procedo aqui na forma de tópicos:

- (1) Sócrates considerava que todos os nossos problemas práticos resultam de um déficit de reflexividade.

²⁰ A consciência da necessidade de alargar a nossa concepção de prova se impôs a partir da demonstração dos teoremas de incompletude de Gödel. O filósofo que mais contribuiu para nos alertar para a urgência de admitir um modelo não matemático de prova como o mais adequado para se pensar nos nossos engajamentos argumentativos em linguagem natural foi Perelman, com seu projeto de uma nova retórica de inspiração aristotélica. Cf. PERELMAN, Chaïm. *L'Empire Rhétorique: rhétorique et argumentation*. Paris: Vrin, 1977.

²¹ Cf. LOPES, *Op. cit.* [cap. IV, seção 1, p. 155s].

(2) Esse déficit poderia ser corrigido com a adoção e a prática do método do *elenchus*: uma crítica sistemática de nosso sistema de crenças práticas com o intuito de torná-lo internamente consistente.

(2.1) Esse método de exame crítico de nossas crenças práticas é o modelo por excelência da crítica interna (ele procede rigorosamente a partir de uma estrutura argumentativa *ex concessis*: a partir do que o oponente concede ao seu interlocutor durante a conversação).

(3) A exposição à contradição despertará no interlocutor o desejo de dar prosseguimento à investigação.

(4) Todos nós temos crenças práticas verdadeiras misturadas a crenças práticas falsas.

(5) A consistência interna de um sistema de crenças práticas é um índice (relativamente) seguro de sua verdade ou correção. Crenças verdadeiras resistirão ao teste da contradição.

(6) Crenças práticas determinam nossas ações. Rever nossas crenças implica rever nossa identidade moral.

(7) Crenças práticas são acessadas e individualizadas mediante boas definições.²²

Neste contexto, procuro defender duas teses gerais:

(1) Nietzsche é um herdeiro do legado socrático, na medida em que ele se insere na tradição dos grandes filósofos revisionistas, que assumem como parte de sua tarefa ser a consciência crítica da *polis* (o filósofo como a má consciência de seu tempo, na versão atualizada).

(2) Nietzsche define sua concepção de crítica, pelo menos parcialmente, em oposição direta ao modelo socrático do *elenchus*. Esta contraposição nos ajuda a caracterizar o tipo de crítica praticado por ele.

²² Esta reconstrução apoia-se fortemente em VLASTOS, Gregory. *Socrates: ironist and moral philosopher*. New York: Cornell University Press, 1992.

Como se dá a oposição entre o método da refutação e o método da confrontação polêmica?

(1) Nietzsche recusa a suposição socrática de que exposição à refutação é o procedimento correto para transformar uma atitude de crença em uma atitude crítica, ou seja, para despertar no interlocutor o desejo de revisar suas crenças práticas.

(2) Nietzsche recusa a tese de que a consistência interna de um sistema de crenças seja suficiente para qualificá-lo como um bom candidato à verdade e, inversamente, que uma crença falsa não sobreviverá ao teste da contradição.

(3) Nietzsche defende que o núcleo de nossa identidade prática não é definido pela superestrutura de crenças, mas pela infraestrutura afetiva e pulsional. A revisão de crenças afeta apenas a superfície de nossa identidade. Uma estratégia crítica que possa ser efetiva deve ter em mente esse aspecto de nossa psicologia moral.

(4) O exame dialético de nossas crenças práticas não é o método mais promissor para acessar, individualizar e avaliar nossas estruturas normativas. Isso explica as razões pelas quais Nietzsche adere a um programa naturalista que procura explicar a gênese de nossas estruturas normativas, denominado de genealogia.

(5) Sócrates entende o exercício da filosofia como uma combinação de duas tarefas: ele combina a tarefa da compreensão com a tarefa da revisão, colocando o esforço de compreensão a serviço da revisão de nossa identidade prática.

(6) Nietzsche dá um passo atrás e introduz uma etapa explicativa prévia à tarefa da revisão. Nossas estruturas normativas emergiram a partir de condições históricas e psicofisiológicas muito peculiares. Um esclarecimento prévio dessas condições deve nos fornecer elementos que orientem o exame crítico desses itens de nossa autocompreensão.

(7) A narrativa genealógica não tem como objetivo falsificar uma determinada crença teórica ou prática, ou invalidar uma determinada estrutura normativa, mas desestabilizar o conjunto de condições que têm o efeito de imunizar essas estruturas contra as contestações críticas mais convencionais. Sua contrapartida argumentativa tem, portanto, uma importante função terapêutica: ela abala as condições de credibilidade que determinam nossa adesão a essas estruturas. Como isso ocorre?

(8) Ao expor a atuação de certos mecanismos na produção de nossas estruturas normativas (que não têm relação evidencial com ou efeito legitimador sobre elas), a narrativa genealógica conta uma história acerca dessas estruturas que é distinta da história que seríamos capazes de contar para nós mesmos se procurássemos acessá-las unicamente na perspectiva filosófica tradicional de primeira pessoa ou em um embate dialético com um interlocutor real ou imaginário (ela obviamente diverge também dos relatos usuais que buscam justificar essas estruturas a partir de uma perspectiva metafísica ou religiosa, ou puramente moral). A exposição desse conflito entre o que viemos a saber através da narrativa genealógica e o que supúnhamos saber na perspectiva de primeira pessoa deve servir como uma ocasião para que os sujeitos expostos a ele deem prosseguimento à tarefa crítica. O pressuposto então é o de que só posso manter meu endosso a uma determinada estrutura normativa se posso dar meu endosso à sua etiologia.

(9) A narrativa genealógica deve fazer aquilo que Sócrates supunha que o *elenchus* faria, ou seja, despertar no interlocutor, no caso, no leitor, o desejo de examinar criticamente suas crenças práticas, de introduzir isso como uma prática cotidiana, de incorporar o *ethos* crítico em suas identidades, ou mesmo de tentar uma defesa desesperada das estruturas normativas de sua autocompreensão. Nesse sentido, seu efeito imediato é de **problematizar** estruturas normativas cuja legitimidade é tácita, mas amplamente reconhecida.

(4) Forma de apresentação ou exposição dos argumentos

No Prefácio à *Genealogia* (§8), Nietzsche diz que uma das grandes dificuldades de sua filosofia seria decorrente de sua opção pela forma aforismática. Muitas vezes, o uso do termo aforismo vem associado a dois outros termos, a máxima e a sentença.²³ Esta associação, que ocorre não apenas na sua obra, mas numa vasta tradição literária, pode nos conduzir a equívocos.

O aforismo pode ser pensado como uma forma literária específica que mobilizaria, com graus variáveis de sofisticação, muitas das características que estão presentes nestas duas modalidades linguísticas. A brevidade e a concisão, a formulação categórica, o dito oracular e sentencioso, a independência em relação a um contexto discursivo maior: várias destas características estão presentes na obra dos grandes autores de máximas, sentenças e aforismos. Mas há aqui uma importante distinção a ser feita. Embora Nietzsche tenha composto “aforismos” no sentido puro do gênero em alguns momentos de sua obra, a maioria de seus escritos não se enquadram nessa classificação. E esta ressalva vale também para as obras do chamado período intermediário, que os comentadores tendem em geral a classificar como coletâneas de aforismos. Esta classificação é pelo menos parcialmente correta, especialmente porque ela concorda com o modo como o próprio autor classifica estas obras. Nietzsche usa indistintamente o termo “aforismo” para caracterizar a sua produção literária. Ao usar o termo na sua forma substantivada, ele comunica a ideia de que estaria se referindo a um gênero literário específico.

Gostaria de sugerir a seguinte diferenciação: haveria em Nietzsche um conjunto menor de textos que poderiam ser descritos como “aforismos” na acepção genuína do termo, e um outro conjunto, bem maior, formado por pequenos ensaios extremamente condensados e que estariam incorporando algumas características do aforismo, tais como

23 Cf. CI, IX, §51.

a brevidade e a concisão na apresentação das ideias, a implicação de premissas e a autonomia em relação ao contexto de exposição. Acreditamos que esta distinção pode ser valiosa para elucidar certas escolhas nietzschianas relativas ao modo de apresentação dos argumentos, sem que nos induza à convicção infundada de que Nietzsche estaria rompendo com a discursividade filosófica e com sua natureza argumentativa. Esta caracterização, contudo, não dispensa uma análise de detalhe das diversas obras publicadas por Nietzsche, que são também experimentos com os limites dos gêneros literários, que ao mesmo tempo que os homenageiam, introduzem elementos que testam seus limites e provocam as convenções sociais que governam essas restrições formais.

Os ensaios aforismáticos que correspondem a uma parte significativa da produção literária de Nietzsche não podem ser identificados com máximas e sentenças por uma razão muito simples: eles são essencialmente argumentativos. Não são mônadas proposicionais, mas unidades autônomas de argumentação, cuja extensão varia de acordo com as necessidades do tema e os propósitos argumentativos do autor. Quando Alexander Nehamas caracteriza os escritos nietzschianos da fase intermediária, dizendo que “não são sistemáticos, nem discursivos, nem argumentativos”²⁴, ele está identificando o aforismo (de uma forma geral, sem a diferenciação que estamos sugerindo) com a máxima e a sentença, que são modalidades linguísticas inequivocamente não sistemáticas, não discursivas e não argumentativas. Mas dessas três características, apenas a não sistematicidade é adequada para caracterizar aquele conjunto maior de textos que o próprio Nietzsche designa equivocadamente como aforismos. Do ponto de vista argumentativo, estes textos têm uma maior afinidade com o que nós usualmente entendemos por ensaio, ainda que numa versão extremamente condensada. Um ensaio aforismático (vamos nos servir provisoriamente desta expressão para diferenciar os textos de Nietzsche

24 NEHAMAS, Alexander. *Nietzsche: Life as Literature*. Massachusetts: Harvard University Press, 1996, p. 14.

que não se enquadram no gênero puro do aforismo ou máxima) é autônomo do ponto de vista argumentativo, ou seja, ele pode ser extraído de seu contexto de exposição – o livro ou capítulo no qual ele se encontra inserido – sem uma perda relevante de significação. Isso não quer dizer que a distribuição desses ensaios aforismáticos numa determinada sequência seja inteiramente aleatória – Nietzsche recorre com frequência ao critério da afinidade temática para ordenar as suas obras aforismáticas (os dois volumes de *Humano, Demasiado Humano*; *Aurora*; *A Gaia Ciência*; *Para além de Bem e Mal* e *Crepúsculo dos Ídolos* são os livros que melhor se acomodam a essa descrição). Mas este procedimento é substancialmente diferente de uma progressão sistemática. Nietzsche, ao privilegiar este modo de apresentação das ideias, não está rompendo com a forma discursiva ou argumentativa que caracteriza o discurso filosófico tradicional. Ele está apenas rompendo com uma determinada estratégia de exposição dos argumentos e dos conceitos – a estratégia sistemática e dedutivista, que por sua vez está atrelada a uma concepção fundacionista do discurso filosófico.

O propósito do filósofo é mostrar que a estratégia aforismática apresenta pelo menos duas vantagens consideráveis em relação à forma concorrente de exposição sistemática. Em primeiro lugar, o ensaio aforismático revela uma maior probidade intelectual e uma maior honestidade para com o leitor, na medida em que não o ilude com a impostura cientificista que acompanha as estratégias dedutivas de exposição. Em segundo, a estratégia aforismática é também mais adequada do ponto de vista cognitivo, pois, ao apontar para o seu próprio inacabamento, ela funciona como um convite para que o leitor dê prosseguimento à investigação.²⁵

25 Aforismos que fazem essa dupla reivindicação de forma quase programática, para citar uns poucos, são por exemplo, o aforismo 178 de *Humano, Demasiado Humano*, I (KSA, v. 2, p. 161-162), intitulado “Eficácia da Incompletude”; os aforismos 127 e 128 de *Miscelânea de Opiniões e Sentenças* (KSA 2, p. 432s), intitulados “Contra os que censuram a brevidade” e “Contra os de vista curta”, respectivamente. Uma conexão explícita entre vontade de sistema e desonestidade intelectual é recorrente em Nietzsche, e uma das suas muitas manifestações encontra-se no aforismo 26 do capítulo I de *Crepúsculo dos Ídolos*: “Desconfio de todos os autores sistemáticos e os evito. A vontade de sistema é falta de probidade” (KSA, v. 6, p. 63).

O que há de comum entre a forma discursiva usada por Nietzsche para apresentar suas ideias (o que ele chama “a arte de cunhar aforismos”) e a sentença é antes de tudo o esforço exigido para a sua correta interpretação. Ambas exigem uma arte da decifração. A relação é, contudo, de semelhança, e não de identidade. Nietzsche não exige de seu leitor dons intuitivos ou de adivinhação. Ele quer antes de mais nada um leitor metódico, filologicamente rigoroso e atento aos detalhes. O que deve ser destacado aqui é justamente o potencial dialético contido na brevidade do modo como os argumentos são apresentados.

A brevidade dos pequenos ensaios de Nietzsche não é, contudo, idêntica à brevidade imperativa de uma máxima, ou à brevidade oracular de uma sentença, ou ainda à brevidade luminosa de um dito espirituoso, de um chiste. Ele incorpora todos estes elementos (o achado, o enigma, o chiste, uma certa veemência nas colocações) e ao mesmo tempo controla a propagação espontânea destes efeitos, ao circunscrevê-los no interior de uma unidade visivelmente dialética. A brevidade é um efeito obtido pelo ocultamento de parte do trabalho da reflexão que antecede à redação ou à “confecção” de um texto. Este dispositivo pode ser associado, sempre analogicamente, à estrutura entimemática que caracteriza o argumento retórico.

O entimema é geralmente caracterizado tanto pela natureza de suas premissas (pelo fato de serem premissas conhecidas e, em geral, aceitas por um determinado auditório) quanto pela sua estrutura formal (pela ausência de uma das premissas, que permanece oculta). O orador pode se dar ao luxo de subentender algumas premissas, pois elas são amplamente conhecidas e aceitas pelo auditório. O efeito psicológico suplementar desta estratégia de ocultamento é resultante do fato de o auditório se sentir mais inteligente do que ele realmente é, dado que ele se julga capaz de suprir as lacunas da argumentação com base numa série de lugares-comuns que permanecem subentendidos. Nietzsche converte este dispositivo retórico vulgar (que consiste em bajular a inteligência medíocre do auditório) em um ins-

trumento dialético precioso, que concede à sua obra uma estrutura essencialmente aberta e inacabada. A transformação de um dispositivo originalmente retórico em uma arma poderosa da dialética se efetiva na medida em que o filósofo passa a ocultar não mais as premissas óbvias de seu argumento, mas partes consideráveis de seu processo reflexivo e do contexto argumentativo que deu origem a esse processo. Essa característica formal do texto coloca grandes desafios à sua leitura, para os quais o próprio filósofo nos alerta, na forma algo enviesada e hiperbólica tão a seu gosto, em um trecho concebido originalmente como parte da seção 3 do capítulo III de *Ecce Homo*, sua autobiografia intelectual cuja excentricidade e provocação se distribuem em igual medida para a forma e o conteúdo:

Meus escritos dão trabalho – espero que isto não seja uma objeção contra eles!... Para se compreender a linguagem mais concisa jamais falada por um filósofo – e além disso a mais pobre em clichês, a mais viva, a mais artística – é preciso seguir o procedimento oposto ao que normalmente pede a literatura filosófica. Esta é preciso condensar, de outro modo estraga-se o estômago, – a mim é preciso diluir, tornar líquido, acrescentar água: de outro modo estraga-se o estômago. – O silêncio é em mim tão instintivo como nos senhores filósofos a garrulice. Eu sou breve: meus leitores mesmos devem fazer-se extensos, volumosos, para trazer à tona e juntar tudo o que foi por mim pensado, e pensado até o fundo. – Há, por outro lado, pressupostos para aqui se “compreender”, aos quais poucos e raros estão à altura: é preciso saber pôr um problema no seu justo lugar, isto é, em relação com os problemas a ele atinentes – e para isso é preciso ter ao alcance a topografia dos recantos e áreas difíceis de ciências inteiras, e sobretudo da própria filosofia.²⁶

26 Esta passagem se encontra reproduzida nas notas da tradução de Paulo César de Souza de *Ecce Homo*. Cf. NIETZSCHE, 1986, p. 172. [nota n. 7].

O que temos então é um texto que exige muito do leitor, visto que este é forçado a reconstruir suas lacunas propositais (daí a importância metodológica de se reconstruir o ambiente intelectual do filósofo mediante uma pesquisa de fontes) para restituir o sentido pleno da reflexão como condição para poder avaliar seus resultados. Embora exija do leitor um zelo de filólogo, o texto de Nietzsche é ao mesmo tempo profundamente generoso, pois convida o leitor a exercer sua autonomia de forma plena. Mas trata-se de um convite, e não de uma receita infalível para produzir leitores emancipados. Nenhum dispositivo retórico é capaz de garantir esse resultado, que nunca fez parte das ambições de Nietzsche enquanto prosador. Pelo contrário, ele manifestou reiteradamente seu ceticismo em relação aos leitores de sua época. Ao fazer isso, ele reatualizou em grande medida a desconfiança expressa por Platão no *Fedro*, de que os escritos deixam as ideias e os pensamentos desprotegidos. Sua aposta no estilo foi uma tentativa, quase desesperada e desavergonhadamente romântica, de criar uma espécie de cinturão protetor em torno de seus escritos, de modo a capturar almas espiritualmente afins. Essa proteção, contudo, não se estendia ao conteúdo propriamente convencional de sua linguagem filosófica, que como toda comunicação em linguagem natural, está destinada a se inserir de forma mais ou menos tensa no interior de uma tradição, e sujeita a todos os mal-entendidos e acomodações que acompanham esse tipo de inserção.

Referências

BEHLER, Ernst. Nietzsches Studium der griechischen Rhetorik nach der KGW. *Nietzsche-Studien*, Berlin, Deutschland, v. 27, n. 1, p. 1-12, 1998.

BORNMANN, F. Zur Chronologie und zum Text der Aufzeichnungen von Nietzsches Rhetorikvorlesungen. *Nietzsche-Studien*, Berlin, Deutschland, v. 26, n. 1, p. 491-500, 1997.

CONANT, James. Nietzsche's Perfectionism. In: SCHACHT, Richard (ed.). *Nietzsche's Postmoralism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 181-257.

DE MAN, Paul. *Allegories of Reading: Figural Language in Rousseau, Nietzsche, Rilke, and Proust*. London: Yale University Press, 1979.

GINZBURG, Carlo. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto; SEBOK, Thomas. A. *O signo de três*. Tradução de Silvana Garcia. São Paulo: Perspectiva, 1991.

HEIDEGGER, Martin. *Nietzsche*. Pfullingen: Neske, 1961. 2 v.

LEITER, Brian. *Nietzsche on Morality*. London: Routledge, 2002.

LOPES, Rogério. *Elementos de Retórica em Nietzsche*. São Paulo: Loyola, 2006.

MEIJERS, Anthonie; STINGELIN, Martin. Konkordanz zu den wörtlichen Abschriften und Übernahmen von Beispielen und Zitaten aus Gustav Gerber: Die Sprache als Kunst (Bromberg 1871) in Nietzsches Rhetorik-Vorlesung und in "Ueber Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne". *Nietzsche-Studien*, Berlin, Deutschland, v. 17, n. 1, p. 350-368, 1988.

MEIJERS, Anthonie. Gustav Gerber und Friedrich Nietzsche: Zum historischen Hintergrund der sprachphilosophischen Auffassungen des frühen Nietzsche. *Nietzsche-Studien*, Berlin, Deutschland, v. 17, p. 369-390, 1988.

MOST, Glenn; FRIES, Thomas. Die Quellen von Nietzsches Rhetorik-Vorlesung. In: BORSCHE, Tilman; GERRATANA, Federico; VENTURELLI, Aldo. (Hg.). "Centauren-Geburten". *Wissenschaft, Kunst und Philosophie beim jungen Nietzsche*. Berlin; New York: De Gruyter, 1994, p. 17-46.

NEHAMAS, Alexander. *Nietzsche: Life as Literature*. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

NIETZSCHE, F. KSA. Hrsg. von G. Colli und M. Montinari. Berlin/NY: De Gruyter, 1988. 15 v.

NIETZSCHE, F. Vorlesungsaufzeichnungen (WS 1871/1872-WS 1874/1875), KGW, Abteilung II, Bd. 4, Berlin/New York: De Gruyter: 1995.

NIETZSCHE, F. Rhétorique et langage. Textos selecionados e traduzidos por J-L. Nancy e P. Lacoue-Labarthe. *Poétique*, 5, 1971.

NIETZSCHE, F. *Ecce Homo*. Tradução de Paulo Cesar de Sousa. SP: Max Limonad, 1986.

PERELMAN, Chaïm. *L'Empire Rhétorique: rhétorique et argumentation*. Paris: Vrin, 1977.

VALK, Thorsten (Hg.) *Friedrich Nietzsche und die Literatur der klassischen Moderne*. Berlin; New York: De Gruyter, 2009.

VLASTOS, Gregory. *Socrates: ironist and moral philosopher*. New York: Cornell University Press, 1992.